



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Um Estudo Preliminar Sobre as Condições de
Acessibilidade Social na Perspectiva dos Deficientes
Visuais no Terminal de Integração e Parque Sólon de
Lucena em João Pessoa

JOÃO PESSOA- PB
2017

JULIANE DA SILVA PATRICIO

Um Estudo Preliminar Sobre as Condições de
Acessibilidade Social na Perspectiva dos Deficientes
Visuais no Terminal de Integração e Parque Sólon de
Lucena em João Pessoa

Relatório apresentada ao Curso de Tecnologia em Gestão
Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para
obtenção do título de tecnólogo e conclusão do curso.

ORIENTADORA: Dr^a. Carla Calixto Da Silva

JOÃO PESSOA- PB
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P314u Patrício, Juliane da Silva.

UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE AS CONDIÇÕES DE
ACESSIBILIDADE SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS DEFICIENTES
VISUAIS NO TERMINAL DE INTEGRAÇÃO E PARQUE SÓLON DE
LUCENA EM JOÃO PESSOA / Juliane da Silva Patrício. – João Pessoa,
2017.

39f.: il.

Orientador(a): Profª Dr.ª Carla Calixto da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

1. ACESSIBILIDADE. 2. INCLUSÃO SOCIAL. 3. DEFICIENTES
VISUAIS. 4. JOÃO PESSOA- PB. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:35(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do
CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)



ATA DE DEFESA DE TCC

Ao trigésimo dia do mês de novembro de 2017, às 14 horas, no auditório azul do CCSA, a discente Juliane da Silva Patrício, regularmente matriculada no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública/DGP/CCSA/UFPB, defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, "Um estudo preliminar sobre as condições de acessibilidade social na perspectiva dos deficientes visuais no Terminal de Integração e Parque Sólon de Lucena em João Pessoa" fazendo-se presente na banca examinadora os professores Joseneide Souza Pessoa, Marco Antonio de Castilhos Acco e Carla Calixto da Silva (orientadora), sob a presidência desta última. A discente obteve nota 8,0 (OITO), obtendo aprovação na disciplina TCC.

João Pessoa, 30 / 11 / 2017

Orientador: Carla Calixto da Silva

Carla Calixto da Silva

1º Examinador: Joseneide Souza Pessoa

Joseneide Souza Pessoa

2º Examinador: Marco Antonio de C. Acco

Marco Antonio de C. Acco

Alberto Ricardo Hortencio Clemente

Alberto Ricardo Hortencio Clemente

Secretário da Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Alberto Ricardo H. Clemente

Assistente em Administração

SIAPE: 1660141

Ao Senhor Deus, digno de toda
Honra, Glória e Louvor

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus que me deu forças em meio as lutas da vida, que me deu inteligência e capacidade para concluir este trabalho. A ele que permitiu que tudo isso acontecesse ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária. Mas, que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer. A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

A minha orientadora, Carla Calixto pelo empenho dedicação à elaboração deste trabalho. Agradeço aos professores Maurício Sardá, Marco Acco que tanto me incentivaram e se empolgaram junto comigo neste tema.

Ao meu Pai, meu maior incentivador e que sempre me motivou a continuar nos momentos em que pensei em desistir. Minha mãe não está mais entre nós. Mas sempre sonhou em vida e torceu muito pela minha vitória. Agradeço também os meus pais pela inspiração no tema desta monografia, por serem deficientes visuais, o que me deu garra e determinação a me aprofundar neste assunto.

Aos colegas amigos, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação, que vão continuar presentes em minha vida com certeza e que também foram de grande ajuda me auxiliando e torcendo por mim neste desafio. Enfim a todos que contribuíram de alguma forma para meu sucesso.

*A verdadeira deficiência é aquela que prende o ser humano por dentro e não por fora,
pois até os incapacitados de andar podem ser livres para voar.*

(Thaís Moraes)

Resumo:

Ao longo da década de 90, o debate sobre as condições de acessibilidade social vem se fortalecendo no mundo. No Brasil, esta discussão foi vinculada a partir da Lei de Diretrizes e Bases LDBEN 9394/96, na qual demonstra a intensificação das práticas de inclusão no Brasil com vistas ao acolhimento da diversidade. Neste sentido, esta pesquisa, consiste em um estudo de campo preliminar, que teve como objetivo geral, mostrar a perspectiva dos deficientes visuais em relação às condições de acessibilidade na cidade de João Pessoa, mas especificadamente no Terminal de Integração e Parque Sólon de Lucena-Lagoa. Especificadamente, buscou-se mostrar as restaurações e aplicação de pisos táteis nas calçadas do Parque Sólon de Lucena e terminal de integração pela visão dos deficientes visuais; descrever as políticas públicas assistencialistas para locomoção, acesso aos ônibus existentes e também os existentes em outros locais, que poderiam ser aplicados na cidade de João Pessoa; e, por fim, descrever a Legislação e as Normas ABNT que abordam o tema em questão. A metodologia da pesquisa é de caráter qualitativo, na modalidade do estudo de caso. Para tanto, foi realizado entrevistas no Instituto dos Cegos da Paraíba com o intuito de verificar os principais problemas, barreiras e dificuldades de acessibilidade na cidade e nos transportes. Verificou-se, no entanto, que a cidade de João Pessoa não está habilitada para receber pessoas com deficiência visual. Foi detectada problemas tais como: calçadas fora de um padrão, esburacadas, carros nas calçadas, poucos locais com semáforos e falta de aplicativo de alerta de chegada do ônibus.

Palavras-chave: Acessibilidade, Inclusão social, deficientes visuais, João Pessoa/PB.

Abstract:

Throughout the 1990s, the debate about the conditions of social accessibility has been strengthening in the world. In Brazil, this discussion was linked to the Guidelines and Bases Law LDBEN 9394/96, which demonstrates the intensification of inclusion practices in Brazil with a view to welcoming diversity. In this sense, this research consists of a preliminary camp study, whose general objective was to show the perspective of the visually impaired in relation to accessibility conditions in the city of João Pessoa, but specifically in the Integration Terminal and Parque Sólón de Lucena- Lagoon. Specifically, we tried to show the restorations and application of tactile floors in the sidewalks of the Park Sólón de Lucena and terminal of integration by the vision of the visually impaired; describe the welfare public policies for locomotion, access to existing buses and also those existing in other places that could be applied in the city of João Pessoa; and, finally, to describe the Legislation and the ABNT Norms that approach the subject in question. The methodology of the research is qualitative, in the modality of the case study. For that, interviews were conducted at the Institute of the Blind of Paraíba in order to verify the main problems, barriers and difficulties of accessibility in the city and in transportation. It was verified, however, that the city of João Pessoa is not qualified to receive visually impaired people. Problems have been detected such as: sidewalks out of a pattern, bumps, cars on the sidewalks, few places with traffic lights and lack of warning warning of the arrival of the bus.

Keyword: Accessibility, Social inclusion, visually impaired, João Pessoa/PB.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
2.1 O percurso histórico da inclusão no Brasil.....	5
2.2 Acessibilidades e a inclusão do deficiente visual.....	9
2.3 Políticas públicas e Tecnologia Assistiva.....	11
2.4 Revisão da Literatura.....	13
3. ASPECTOS METODOLOGICOS.....	15
3.1 Procedimentos metodológicos.....	15
3.2 Locais de Pesquisa.....	15
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
4.1. Dados da Deficiência.....	17
4.2 Aspectos Socioeconômicos.....	19
4.3 Condições de Acessibilidade.....	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

1 INTRODUÇÃO

O tema acessibilidade no Brasil vem ao longo dos últimos anos sendo cada vez mais discutido tanto no âmbito do Estado quanto nos meios de comunicação e acadêmico. Os meios de comunicação estão despertando-se para os direitos das pessoas com deficiência juntamente com o Estado, que está cada vez mais integrando este assunto em seu discurso. Porém, as mudanças concretas deste ato de cidadania ainda são lentas. De acordo com Leitão (2012), a legislação brasileira é satisfatória. Porém, vem sendo muito falha pelo fato de não ter aplicabilidade no dia-a-dia.

Sendo assim, torna-se perceptível a falta de acessibilidade nos transportes públicos, nos prédios públicos e privados de uso coletivo, em restaurantes, universidades, hotéis e em espaços públicos em geral. É importante ressaltar, a proibição da fabricação de ônibus sem acessibilidade desde 2008.

Porém, alguns fatores fazem com que esta acessibilidade não seja respeitada, o principal fator, é a renovação demasiadamente demorada dos ônibus, e os outros fatores tais como: dificuldades por não ter a chave, equipamento quebrado, motorista sem treinamento de utilização do equipamento, ônibus cheio demais e impaciência dos passageiros devido à demora. (LEITÃO, 2012).

Escatambulo (2012) Há cidades, contudo, com negação dos direitos de acessibilidade ainda mais sérias. Em Londrina, não há qualquer tipo de mecanismo, que possibilite essas pessoas com deficiência visual saberem qual linha pegar, o tempo para a chegada dos ônibus, nem qualquer sinal de alerta sonoro no ônibus que transmita para o aplicativo de celular do deficiente a localização do seu ônibus. Mesmo o terminal urbano razoavelmente acessível devido a funcionários que estão sempre dispostos a auxiliar os deficientes visuais a embarcarem, não é totalmente acessível. Sabe-se, porém, que não é exclusividade deste local como descreve Araújo (2015). Em Natal, o caso não é diferente as dificuldades são enormes para utilizar o transporte público. De acordo com Ronaldo Tavares, presidente da Sociedade dos Cegos do Rio Grande do Norte (SOCERN), as dificuldades são muitas e assim como em Londrina, lamenta-se a falta de um dispositivo sonoro para informação do ônibus que desejasse utilizar. Mesmo sabendo da existência desta tecnologia hoje em dia para solucionar este problema, os transportes públicos de várias cidades ainda não estão adaptados, desrespeitando a Norma da ABNT NBR14022/2011 que orienta que, o ônibus deve ser projetado para receber dispositivos para informação audiovisual para deficientes visuais, analfabetos, idosos e etc.

Atualmente, as condições de Acessibilidade Social estão sendo discutidas na cidade de João Pessoa, pelo Ministério Público da Paraíba e Prefeitura Municipal de João Pessoa. De acordo com Moraes (2017), esses órgãos públicos informam, que se pretende criar fluxos para facilitar a ação conjunta dos órgãos públicos para troca de informações para uma eficaz fiscalização através de representantes de órgãos como a Secretaria de Planejamento, MP-Procon e o representante de defesa dos direitos do cidadão da capital. Os mesmos acordaram que seria necessário unirem esforço, evitando que habitações familiares estejam fora das normas de acessibilidade, também enfatizou a importância desses órgãos efetivarem a Lei brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2016).

De acordo com o diretor geral do MP-Procon Glauberto Bezerra é necessário atuar nos prédios habitacionais e nas calçadas para promover assim, a acessibilidade, Ele informa também que, um em cada quatro paraibanos tem algum tipo de deficiência e que não é perceptível este número, considerado elevado de pessoas, por não possuir acessibilidade, o que acaba por excluir estes deficientes do âmbito social. O diretor Geral do MP-Procon indica a importância de unir forças para conceder autonomia e igualdade para todos. Kelly (2011) destaca em suas pesquisas os principais problemas apontados pelos deficientes, o que se acredita, que dificulta a locomoção destes, nos espaços sociais são estes: obstáculos de natureza física, social, atitudinal e ainda as barreiras arquitetônicas e urbanísticas, assim como os meios de transportes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010) observou-se que a deficiência visual é o que tem maior número de casos principalmente no Nordeste e os estados destacados são Rio Grande do Norte e Paraíba. O que claramente verifica-se a importância para formulação de políticas públicas para acesso a informação e inclusão de modo geral para estes cidadãos.

Mas para dar um sentido contundente a palavra cidadão. Melo (2014) explica que este conceito significa aquele que morava na cidade e participava dos seus negócios e a palavra cidadania provém do latim “civitatem” que significa: cidade. Nesta fase, a palavra cidadania se restringia a participação política de determinadas classes sociais. Na Grécia Antiga o conceito de cidadania era confundido com o conceito de naturalidade. Ou seja, todos os nascidos em solo grego. Só esses podiam exercer e usufruir dos direitos políticos. Do mesmo modo em Roma todos os patrícios (cidadãos romanos) com exceção dos que não eram nobres podiam exercer e usufruir dos direitos políticos. O conceito de cidadania que estava ligado diretamente a participação política passa a ter outra conotação a partir de movimentos como o

iluminismo, revolução francesa e revolução americana que carregava consigo os ideais de igualdade e liberdade dando a ideia também de Inclusão Social.

Outra contribuição importante para a mudança de conceito, foi a influência de cientistas políticos tais como: Locke e Rousseau que apontavam as desigualdades sociais. Entendemos com isso, que é necessário um pensamento cada vez mais inclusivo por se tratar de um ato de cidadania e que os deficientes possuem direitos a liberdade e igualdade como todo e qualquer outro cidadão. Sabendo também, que todos os cidadãos têm direito à cidade e adaptações que venham diminuir suas dificuldades de acesso é que este estudo de campo está sendo realizado.

Espera-se com essa pesquisa responder a seguinte questão: Como o deficiente visual percebe as condições de acessibilidade social nos espaços públicos do Terminal de Integração, o parque Sólon de Lucena e de um modo geral o acesso aos transportes públicos na cidade de João Pessoa?

Deste modo, pretende-se mostrar a perspectiva dos deficientes visuais em relação às condições de acessibilidade na cidade de João Pessoa, mais especificadamente no Terminal de Integração e Parque Sólon de Lucena-Lagoa. Especificadamente, busca-se mostrar as restaurações e aplicação de pisos táteis nas calçadas do Parque Sólon de Lucena e terminal de integração; descrever as políticas públicas existentes para acesso a informação e conseqüentemente a inclusão do deficiente visual; mostrar as dificuldades no acesso aos ônibus pela ausência de aplicativos em João Pessoa e em outros locais; e, por fim, descrever a Legislação e as Normas ABNT que abordam o tema em questão.

Pesquisar-se-á no Instituto dos Cegos Adalgiza Cunha, local onde os deficientes se reúnem para educação e reabilitação. São 400 alunos cadastrados e a pesquisa será realizada na sala de inglês composta por 10 alunos. As entrevistas serão individuais e através das entrevistas será analisado como o deficiente visual percebe as condições de acessibilidade no Parque Sólon de Lucena e no Terminal de Integração e de um modo geral o acesso a transportes públicos.

Para tanto, o presente trabalho está dividido em 4 capítulos além desta introdução. No capítulo 2 será apresentada a fundamentação teórica, onde descreve-se o percurso histórico da inclusão no Brasil, a acessibilidade e a inclusão do deficiente visual e, uma revisão da literatura com os principais trabalhos publicados sobre o tema no Brasil. No capítulo 3 será descrito a metodologia da pesquisa e, no capítulo 4 tem-se os resultados e discussão sobre as dificuldades de inclusão social no parque Sólon de Lucena e no terminal de integração da cidade de João Pessoa na Paraíba. No capítulo 5 tem-se as principais conclusões encontrada e,

por fim no último capítulo tem-se as referências utilizadas no trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O percurso histórico da inclusão

Entende-se por inclusão o ato de todas as pessoas terem os mesmos direitos e incluir-se. Na visão de Sampaio (2013) significa estar incluído ou compreendido e/ou fazer parte. Percebe-se, no conceito de Mazotta (2011) que inclusão social é entendida, como a participação ativa em todas os grupos de convivência social e por fim, na definição de Freire (2008). A Inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável da sociedade que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia. Mas nem sempre foi assim, antes analisa-se, um percurso longo para os deficientes, serem aceitos como indivíduos com direitos e deveres, dignos a vida, a propriedade e a inclusão em todos os ramos da sociedade como percebe-se na história Antiga e até mesmo nos dias de hoje, principalmente quando é negado o acesso a espaços públicos por meio de barreiras arquitetônicas e outros obstáculos enfrentados pelos deficientes.

Desde a era Antiga, os deficientes foram extremamente discriminados, vistos como incapazes para a batalha, fora do padrão, algo que deveria ser eliminado, dependendo da cultura e costumes dos povos era preservado e protegido ou eliminado, também havia uma diferença entre os nascidos com limitações ou ter adquirido estas limitações em batalhas.

Garcia (2011) enfatiza que na história antiga e medieval possuía duas visões, uma era rejeição e eliminação dos deficientes nascidos e a outra, protecionista e assistencialista com os guerreiros, que muitas vezes voltavam mutilados das batalhas e eram recebidos como heróis e protegidos pelo Estado. Verifica-se ainda de acordo com Garcia (2011) que na Roma Antiga os pais, tanto nobres quanto plebeus, tinham permissão para sacrificar seus filhos, caso nascessem com algum tipo de deficiência.

Em Esparta, tanto os bebês quanto quem adquiriam alguma deficiência, eram lançados no mar e no precipício. Em Atenas, no entanto, influenciado por Aristóteles, que enxergava como injustiça aqueles que tratavam os desiguais de forma igual, o tratamento era diferenciado e estas pessoas com deficiência eram amparados e protegidos pela sociedade. No Egito antigo a partir de 2.500 anos antes de Cristo observa-se a presença de deficientes através de registros como papiros e arte dos egípcios e algumas passagens históricas que se fazia referência aos cegos do Egito e seu trabalho em atividades artesanais. Na escola de Anatomia de Alexandria verificam-se registros de medicina egípcia com tratamentos para os

ossos e olhos evidenciando assim algumas limitações e deficiências (GARCIA, 2011).

Na Grécia Antiga, Pacheco (2007) descreve como supervalorização do corpo belo e forte pois remetia-se aos cidadãos serem capazes desde cedo para a batalha. Os que não possuíam estas habilidades, eram abandonados à própria sorte para morrer e além de serem marginalizados eram eliminados. Porém, os guerreiros mutilados eram protegidos pelo estado como falado anteriormente e Garcia (2011) ainda completa e embasa o comentário de Pacheco (2007) no sentido de concordar que na Grécia antiga a marca principal era o militarismo e ressalta que era comum em batalhas amputações de braços e pernas no campo de batalha diferenciando o grupo de pessoas que adquiriu a deficiência e a que nasceu com a deficiência.

Na Palestina, Pereira (2009) aponta que a diferença funcional chega a ser influenciada por questões místicas e religiosas e assim como na Grécia, obteve-se padrão ou estigma semelhante como explanado anteriormente, o belo e forte um corpo sem imperfeições, ganhando também uma conotação de marca imposta por alguma divindade por punição por algum pecado cometido. Pereira (2009) ainda explica que este conceito foi fortemente influenciado no Ocidente. Desde antiguidade até os dias hoje, através do pensamento das pessoas que procuram explicações religiosas e sobrenaturais para explicar a existência de limitação das pessoas com deficiência na sociedade culpabilizando-as por terem nascidos assim. A ideia do pecado e da justiça são permeados numa mesma ideia.

Pereira (2009) ressalta que embora a deficiência fosse considerada uma punição por pecado de quem possuía diferença funcional, despertava-se o sentimento de assistência e acolhimento. O que de início era realizado via eliminação da diversidade funcional foi sendo motivo para realizações de métodos assistenciais e não somente isso. Mas, a preocupação com a saúde dos pobres e incapazes como nos apresenta Garcia (2011) como por exemplo na cidade de Lyon onde foi construído um hospital para atender quem não tinham condições.

Pereira (2009) apresenta a preocupação em construir mosteiros e hospitais primitivos para Cegos. Também foi criado o abrigo de São Basílio que se acredita, ser o pioneiro para cegos. Iniciativa do século IV e posteriormente outros locais como Síria, Jerusalém, França, Itália e Alemanha.

Pereira (2009) também descreve, que em algumas culturas o deficiente visual, recebiam tratamento especial frente a outras diferenças funcionais tanto devido a questões místicas, quanto de ordem prática possuindo funções relevantes como guias em deslocamentos na escuridão, memorizadores e transmissores de tradições tribais e religiosas. Sendo muitas vezes reverenciados como profetas e adivinhos e que tal diferença era benigna e

adquirida por meio da graça divina.

Na Idade Média, Segundo Sampaio (2009) Houve uma mudança social e política e o poder da nobreza foi reduzido dando lugar ao Clero. No século XII com o poder da Igreja católica em evidência, com documentos que respaldava na perseguição de hereges deu incentivo a inquisição e com ela a perseguição a todos que fossem considerados hereges gerando medo e apreensão dos deficientes em serem perseguidos. Estava claro que iam sofrer com tais perseguições, principalmente os com deficiência mental da época.

Partir do século XVI Sampaio (2009) relata que houve a revolução burguesa trazendo consigo mudanças social, política e econômica. Surgindo também uma nova mentalidade com relação a deficiência, quanto a sua natureza orgânica, fruto de causas naturais passando a ser tratado por métodos iniciais do que seria a medicina. Mas, ainda assim muito precário e violento. Porém, no Século XVII, veio trazendo consigo avanços na área da medicina e continuidade da tese defendida no século anterior de que a deficiência era um processo natural.

Abrindo assim, caminhos para o tratamento médico. Também se acreditava no desenvolvimento através da educação encaminhando assim, para o ensino. No século XVIII ocorre definitivamente uma ampliação de concepção a respeito da deficiência em diversas áreas de conhecimento. Favorecendo também, atitudes diferenciadas diante do problema que seria a inclusão por meio da educação, o que instituiu a educação especial.

Foi apenas no Século XIX segundo Sampaio (2009) que se observa uma atitude de responsabilidade pública e ação para atender as necessidades da pessoa deficiente formalizando conventos, asilos, hospitais. As pessoas deficientes eram retiradas de suas comunidades e inseridas em instituições ou escolas especiais situadas em localidades distantes de suas famílias. Porém percebe-se claramente a segregação dos deficientes do convívio familiar e da sociedade.

Mas no século XX esta atitude inicial de segregação dos deficientes em institutos, foi repensada através do desenvolvimento educacional, fez com que contribuísse, mesmo que em parte, superar as suas impossibilidades garantindo a diminuição das desvantagens naturais. Deixou de haver desculpas para a segregação familiar e social e essas minorias e grupos marginalizados, com auxílio de movimentos dos direitos humanos, começaram a lutar pela conquista de seu espaço na sociedade. Maciel (2000) fundamenta a ideia de Sampaio (2009) na questão de Segregação ou exclusão social.

De acordo com Maciel (2000), o processo de exclusão social de pessoas com deficiência é igualmente antigo ao processo de socialização do homem, ou seja, as regras e normas para o homem viver em sociedade. Nesse sentido afirma que a sociedade sempre inabilitou as pessoas com algum tipo de deficiência pondo-as à margem e privando-as de sua liberdade tornando-se uma população sem respeito, sem direitos e ainda sendo alvos de ações preconceituosas e sem o mínimo de piedade e no Brasil há milhares de pessoas sendo discriminadas e excluídas tanto do meio em que vivem quanto do mercado de trabalho.

Leonart (2007) confirma as considerações de Maciel (2000) acima citado afirmando que ao longo da história da humanidade os deficientes têm recebido diversos tipos de tratamento e que em alguns registros antigos alguns povos os exterminavam e outros excluíaam do convívio social; só agora muito recentemente passaram a ser aceitas como pessoas sujeitas de direito. Então, surgiu o conceito de Integração que é simplesmente para indicar que as pessoas com deficiência podiam participar das atividades da vida civil. Porém, não havia acessibilidade para os deficientes exercerem estas tais atividades da vida civil. Maciel (2000) aponta também que este conceito de Integração, foi proposto na Conferência Mundial de Educação Especial na cidade de Salamanca, na Espanha em junho de 1994 onde foi feita a Declaração de Salamanca. Leonart (2007) comenta a popularização deste conceito nos anos 90 também, pelo fato da Lei 7.853/89. Porém, este conceito como falado antes, não tinha condições de ser aceito já que não despertava a consciência de que era necessário serem incluídos e adaptados os ambientes surgindo assim, o termo Inclusão Social. Nesse sentido, a expressão inclusão social chamou para si a missão de igualdade plena no seio da sociedade.

Segundo Mazotta e D' antino (2011) a inclusão social no ocidente se consagrou desde a década de 80 com a pressão de movimentos sociais e ações políticas. Os autores afirmam que na Europa e nos Estados Unidos nos anos 1970, a inclusão das pessoas com deficiência aparecia entre os direitos sociais básicos, exposto em diversos documentos legais e normativos. Um exemplo disso é o decreto 3.298/99 que nos diz que os deficientes têm que ser incluídos em atividades governamentais e respeitadas as suas peculiaridades e ele acredita que para a inclusão social dos deficientes é necessário um espaço estruturado, seja na escola, no parque ou em qualquer outra organização social.

Monteiro (2012) retrata que em 1999, com a criação da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência ou grandes mudanças e incentivos à criação de leis, decretos e programas para garantir os direitos e a inclusão social dos deficientes em diferentes partes do mundo e afirmado ainda que a inclusão social é uma grande conquista para o reconhecimento e

legitimação dos direitos dos deficientes na sociedade, garantindo o acesso as escolas, à convivência aos mesmos espaços sociais que pessoas sem deficiência e etc. Conforme SAMPAIO (2009) que defende a ideia de as pessoas com deficiência usufruírem de condições de vida de forma mais normal possível, participando de atividades sociais, recreativas e educacionais de acordo com sua faixa etária na sua comunidade. Monteiro (2012) ainda desperta a ideia da legislação em defesa não só dos deficientes, mas a todo e qualquer cidadão para efetuarem seus direitos civis, ou seja, serem participantes sociais em diversas esferas da sociedade e em diversas cidades, Estados e países trazendo oportunidades de igualdades. Sampaio (2009) acredita que seria necessário além disso, ação da sociedade no sentido de modificar atitudes, modificar os espaços físicos e as práticas sociais com o intuito de garantir as pessoas deficientes o acesso todo e qualquer recurso da comunidade dando margem para a real acessibilidade e inclusão do deficiente.

2.2 Acessibilidade e a inclusão do deficiente visual

Acessibilidade possui o sentido de acessível e inclusão o de incluir ao meio social. Entende-se com isso, tudo que está ao alcance da possibilidade de um deficiente visual manusear aparelhos eletrônicos, obter informação ou locomover-se nos espaços públicos sem dificuldades com autonomia e segurança. Guedes e Girão (2016) mostram que estes fatores se inserem no movimento para inclusão de pessoas com deficiência na sociedade garantindo o cumprimento dos seus direitos fazendo com que sintam iguais em meio aos seus desiguais.

Estes deficientes organizados e cientes de seus direitos ficam aptos a pressionar o governo em busca de ações. Estes direitos estão previstos na constituição de 88 que são garantias indispensáveis à vivência da pessoa com deficiência. Porém alguns princípios se evidenciam sobre os demais que são: o Princípio da dignidade humana (artigo 1º inciso III CF); o Princípio da Isonomia (artigo 5º, caput, CF) e o princípio da habilitação e reabilitação (artigo 203 incisos IV da CF) Os autores comentam que para o cumprimento desses e outros direitos fundamentais só seria possível com a garantia da acessibilidade.

Porém, com o advento da Constituição Federal de 88, as normas possuíam caráter limitado necessitando de decretos para serem regulamentadas, o que nas constituições antigas não era necessário. Foram criadas as leis 10.048/2000 basicamente a lei prevê que rampas, calçadas e outros espaços públicos não possuam buracos e sejam livres de obstáculos para permitir o livre acesso de pessoas deficientes e a lei 10.098/2000 que prevê a construção, ampliação e reforma dos edifícios nos requisitos de acessibilidade, também informa sobre os transportes públicos que precisam estar em conformidade com as normas de acessibilidade

também percurso acessível em vias públicas e espaços de utilidade comum e etc.

Mesmo com a Lei da acessibilidade não foi suficiente sendo necessário a elaboração do Decreto 5296/04 que regulamentou a Lei da acessibilidade além de, pressionar com prazos os prédios e estabelecimentos públicos e privados a adaptar-se garantindo o acesso dos deficientes. Apesar da pressão relativa aos prazos, Guedes e Girão (2016) comentam que muitos estabelecimentos não se adaptaram gerando a exclusão das pessoas com deficiência. Isto ocorre porque não há as devidas cobranças por parte dos conselhos, representantes dos deficientes, pelas próprias pessoas com deficiência e seus familiares, o ministério público e etc. Pois, sem as devidas cobranças os responsáveis se esquivam de suas responsabilidades. Negando a acessibilidade nega o artigo 5º da Constituição federal do Direito de ir e vir. Pois, os deficientes se locomovem com dificuldade diante de tantas barreiras. Com a eliminação destas barreiras nas cidades e nos transportes públicos, os autores Guedes e Girão (2016) comentam que essas pessoas com deficiência começariam a usufruir dessas ruas e calçadas com satisfação juntamente com uma manutenção eficaz desses espaços públicos. Verifica-se, no entanto, um processo histórico de lutas e conquistas para garantia dos direitos dessas pessoas com deficiência por meio de organizações de mobilizações sociais. Guedes; Girão (2016) nos relata que na década de 60 surge o conceito de Desenho Universal de acessibilidade que basicamente definia um projeto de produtos e ambientes que poderiam ser usados por todos sem ser necessário adaptação. Nos anos 70 começaram a surgir organizações de mobilizações sociais e com elas o planejamento de ações voltados para os direitos das pessoas com deficiência.

A partir dessas organizações de mobilização social foi conquistado o reconhecimento do Estado brasileiro que se voltava para garantir os direitos dessa parcela tão importante da população. Desde então, orientando-se pelos movimentos sociais ocorreram diversas manifestações de luta como: passeatas, reuniões municipais, seminários educativos e etc. Tudo isto foi realizado para garantir os direitos da constituição, ou seja, de acordo com o que estava na lei.

Nos anos 1980 o autor aponta um fato muito importante que foi o processo de democratização e mobilização política de várias áreas. Dentre essas áreas surgiu o movimento político das pessoas deficientes. Em 1981, porém, no mesmo contexto político dos anos 1980 foi denominado o Ano Internacional da Pessoa Deficiente. Este fato tornou-se importante porque fez com que associações e pessoas que lutam pelos direitos das pessoas com deficiência se unissem em todo o país somando forças e experiências ficando assim interligadas mesmo com suas particularidades.

Com esta ligação de ideias houve a necessidade de uma organização sob uma categoria geral que englobasse a diversidade de deficiências. É neste momento que é criado um comitê especial para reuniões e discussões para decidir como criar uma convenção internacional ampla e integral para promoção e proteção dos direitos e dignidade das pessoas com deficiência com estes pontos principais: desenvolvimento social, direitos humanos e a não discriminação. Com isso, este processo de negociação teve início em 2002 terminando em dezembro de 2006 processos este de conflito de ideias que durou 4 anos e com 8 sessões do comitê especial e finalizando com todo texto e contexto aprovado dando origem a convenção dos direitos das pessoas com deficiência.

Entende-se então que o Brasil deu um importante passo de civilidade diante dos Direitos Humanos juntamente com a sociedade assegurando liberdade através da eliminação de barreiras físicas e atitudinais, as barreiras do preconceito e as que impedem a igualdade. (GUEDES; GIRÃO 2016) Com isso abriu portas para Tecnologias Assistiva ferramenta de auxílio para as políticas públicas produzidas pelos governos. Verifica-se abaixo o conceito de políticas públicas no mundo mostrando como deu início ao longo da história e como era observado em diferentes partes do mundo até transforma-se nas ferramentas acessíveis de auxílio aos deficientes.

2.3 Políticas Públicas e Tecnologia assistiva

O conceito de políticas públicas é muito amplo não possuindo apenas uma definição. Souza (2006) apresenta várias definições dentre elas são: o estudo da política e análise do governo para grandes questões públicas: conjunto de ações que gerarão efeitos específicos; soma das atividades do governo que influenciam a vida dos cidadãos; algo que é escolhido entre fazer ou não fazer percebe-se aí como algo prioritário e mais urgente a ser feito as demais demandas menos urgentes são postas no final da agenda de prioridades. Por fim o autor resume a política pública como “ação governamental” e/ou análise da ação governamental.

As políticas públicas no início da história e fundamentação segundo Souza (2006) apresentam-se em duas áreas de conhecimento o acadêmico e na análise para estudos e aplicação no governo e na área do governo propriamente dito. Nos Estados Unidos apresenta-se como área de conhecimento e disciplina acadêmica dando enfoque diretamente nos estudos da ação do governo sem passar pela análise do papel do Estado.

Na Europa, porém, diferente do Estados Unidos primeiramente surge como uma análise sobre o Estado e instituições só depois o estudo com o surgimento de trabalhos com base nas teorias

analisadas anteriormente sobre o papel do Estado e sua importante instituição, o governo onde é produzida políticas públicas.

Na área do governo a política pública apresentava-se como ferramentas das decisões do governo como consequência da guerra fria e a valorização da tecnocracia financiada por recursos públicos e auxílios de matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistemas, engenheiros e sociólogos com a intenção de aplicar métodos científicos para as formulações e decisões do governo sobre problemas públicos.

Antes, na Guerra fria, como ferramenta racional para a guerra depois adaptado para ser utilizado como ferramenta de política social. Percebe-se aí o início das ferramentas e políticas públicas. Como auxílio as políticas públicas está a chamada Tecnologia Assistiva e o Conceito de Tecnologia Assistiva desenvolvido por Bersch (2013) trata-se da definição de algumas ferramentas acessíveis que proporcionam ou ampliam habilidades funcionais de pessoas deficientes promovendo vida independente e inclusão.

A tecnologia Assistiva por Assis (2013) também pode ser entendida como instrumento de auxílio para uma pessoa com algum tipo de dificuldade física no desenvolvimento de uma atividade. Ao longo do texto serão apresentados alguns exemplos. A principal e mais conhecida ferramenta das políticas públicas é o Braille, utilizado para a prestação de informação e leitura dos deficientes visuais nesta feita foi inaugurado a sala de imprensa em braille que disporá de uma edição em Braille do jornal a União como nos mostra Filho (2017) o atual governo que sempre esteve preocupado em implantar linhas de políticas públicas de inclusão esteve numa solenidade na FUNDAC há três anos atrás dando a ideia de implantar a leitura do jornal em Braille e o mesmo determinou a abertura do processo licitatório da impressora em Braille. Em 2017 este pensamento foi concretizado inicialmente em parceria como o Centro de Apoio Pedagógico (CAP) e depois as duas instituições em parceria a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência-FUNAD e o Jornal da União inaugurando assim, a sala de imprensa Braille que com esta tecnologia, atenderá cerca de 8 mil deficientes em toda Paraíba. Nesta mesma ferramenta Braille foi lançado através de uma lei municipal 12.692/2013 que assegura ao consumidor e pessoa portadora de deficiência visual residente em João Pessoa, o direito de receber as contas de água, energia elétrica e telefônica em Braille, sem custo adicional Porém, só a companhia de Energia elétrica cumpriu até agora as determinações desta lei como nos mostra Gomes (2017) em artigo, transmite a informação da Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-JP) informando que a Energiza foi a pioneira em atender a esta lei proposta pelo vereador em exercício do Procon.

Espera-se que outras companhias de água e telefônica também sigam o exemplo. Outra ferramenta que também usaria o Braille e facilitaria o acesso a transportes públicos no Terminal de Integração em João Pessoa seria as placas em Braille informando os itinerários e linhas de ônibus. Mas, Segundo Resende (2014) que descreve a lei Estadual 10.297/2014 que garante este tipo de informação para acessibilidade dos deficientes visuais não é cumprida. Porém, o autor descreve que não basta só criar a lei para que seja colocada em prática. Mas que na lei não deixe brechas que não transmita clareza para implementação da norma. O Ministério Público aplicou uma notificação aos órgãos tais como a Superintendência de Mobilidade Urbana de João Pessoa-SEMOB e o Departamento de Estradas e Rodagem-DER órgãos estes, responsáveis para esclarecimentos sobre as causas que as placas ainda não foram instaladas RESENDE (2014) descreve ainda algumas lutas do Instituto do Cegos Adalgiza Cunha e Associação dos Cegos da Paraíba- APACE cobrando ao legislativo e executivo o cumprimento desta norma. Porém nada foi realizado indo em busca do Ministério Público para ser criado uma punição para o desrespeito e descumprimento desta norma.

2.4 Revisão da literatura

Vários autores vêm ao longo das décadas estudando acerca da acessibilidade de deficientes visuais no Brasil, dentre eles, destaca-se:

Sampaio (2013) traz o sentido de inclusão especificamente no âmbito escolar. A autora informa que inclusão deve ser feita sem restrição respeitando a diversidade humana, o estudo dela tem por objetivo verificar o aprendizado dos deficientes por meio de recursos e verificou-se que os recursos tiveram um papel crucial fazendo com que estimulasse a visão residual possibilitando uma amplitude de atuação no mundo dentro e fora da escola e dando autonomia. A pesquisa foi realizada numa Escola de Ensino Fundamental do Distrito Federal, em julho de 2012 a julho de 2013 foi realizada uma pesquisa e 15 observações e foi aplicada a metodologia de estudo de caso. Concluiu-se que uma sala com recursos é extremamente necessária para uma sala inclusiva para os deficientes visuais.

Guedes; Girão(2016) analisam a acessibilidade e inclusão dos deficientes visuais no meio ambiente que vivem, os autores comentam a necessidade de um ambiente cada vez menos restritivos para estas pessoas com deficiência tem como objetivo observar as questões de acessibilidade e os direitos dos deficientes, conclui- se então que apenas com uma sociedade consciente e profissionais competentes é capaz de garantir por meio de espaços inclusivos a segurança e liberdade estabelecendo uma relação de harmonia com o mundo exterior. O referencial teórico foi pesquisado em 11 livros e 8 acessos na internet.

Pacheco (2007) A autora tem por objetivo trazer uma reflexão crítica da discriminação e exclusão antes concedida aos deficientes trazendo um percurso histórico do preconceito. Foram utilizados para pesquisa 17 livros e um artigo da internet concluiu-se que é necessário entender o percurso histórico dos preconceitos dos deficientes para melhor entender a situação e o que mudou para atingir a reabilitação e socialização destes indivíduos.

Silva (2012) o autor tem por objetivo analisar a política de inclusão social de pessoas com deficiência após a criação da política nacional para a integração da pessoa em situação de deficiência no Brasil. O método utilizado foi uma revisão sistemática da produção científica brasileira contida no Banco de dados Scientific Electronic Library Online- SciELO para a seleção dos artigos foram utilizadas combinações entre os descritores seguintes: políticas públicas, inclusão social, deficiente, pessoas com deficiência e trabalho e com a inclusão dos artigos publicados em revistas nacionais entre 2000 até 2009 nas áreas de Ciências da Saúde e Ciências Humanas. Os resultados obtidos foram um total de 253 artigos sendo selecionados 17 para fins da análise, os resultados foram subdivididos em categorias temáticas: saúde e inclusão, educação e inclusão e trabalho e inclusão. A discussão verificou-se que as ações da saúde estão direcionadas ao assistencialismo, sem aprofundar nas questões sociais, também informou a dificuldade de incluir um deficiente no ensino regular, partindo do princípio de que falta profissionais capacitados na área da educação e saúde e observou também, que precisa regulamentar as leis trabalhistas para este público. Chegou a conclusão que as legislações e suas regulamentações não são suficientes para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência.

3 ASPECTOS METODOLOGICOS

3.1 Procedimentos da pesquisa

Esta pesquisa é de campo, de natureza descritiva qualitativa, com aplicação de entrevistas e levantamento bibliográfico (artigos acadêmicos, dados e notícias do município, instituição especializada de atendimento deste grupo específico, sites de pesquisa e censo).

De acordo com alguns autores verificam-se explicações destes procedimentos metodológicos tais como: Pesquisa de campo segundo Gil (2008) É a verificação de uma realidade através da observação e entrevistas do grupo de pessoas estudado para obter informações e explicações do que ocorrem naquela realidade.

Foi utilizado o método da entrevista e Zanella (2009) explica que a entrevista é o encontro entre duas pessoas a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto técnica utilizada para obterem-se dados de natureza qualitativa que Zanella (2009) explica que se obtêm esses dados quando você entrevista pessoas com o objetivo de conhecer a opinião, atitudes e significados sobre determinada situação. São esses os dados de natureza qualitativa.

Ainda segundo Zanella (2009) a pesquisa descritiva qualitativa se caracteriza em descrever os fenômenos de acordo com o que manifesta o ambiente e os resultados são manifestos em forma de entrevistas, declarações, fotografias dentre outras formas de coleta de dados.

O Levantamento de dados foi feita através de fontes secundárias (em sites de pesquisas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e Pesquisa Nacional de saúde-PNS) e primárias por meio de entrevistas no Instituto dos Cegos da Paraíba.

A Coleta de dados foi realizada para detectar a percepção dos deficientes visuais nos espaços públicos e nos transportes, como eles enxergavam e compreendiam o ambiente se positivamente ou negativamente.

3.2. Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto do Cegos Adalgisa Cunha foi fundado no dia 15 de maio de 1944 pela Adalgiza Duarte da Cunha na cidade de João Pessoa. Localiza-se na Avenida Santa Catarina no Bairro dos Estados. O Instituto foi criado com o propósito de internato onde ensinava-se apenas o Braille de primeira à quarta série, depois fazia uma

integração internato-escola, da quinta série em diante em escolas de uso comum ou públicas.

Mas hoje, não tem mais esse propósito de internato. O que não mudou foi que o Instituto dos cegos desde a sua fundação atua na educação de uma forma acessível as limitações das pessoas com deficiência visual alfabetizando em braile, atuando no ensino do manuscrito, ou seja, ensinando os deficientes assinar o nome no nosso sistema de leitura, ensinando locomoção para uma vida independente. Incluindo assim, o deficiente na sociedade.

Em 2013 foram incluídas outras atividades de reabilitação do deficiente visual tais como: fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional. Em 2015 outro avanço que foi a instalação de um consultório oftalmológico para pessoas de baixa visão. Nele possui equipamentos de primeira linha e profissionais altamente qualificados. O atendimento no Instituto é prestado, desde os recém-nascido com estimulação visual e outros serviços já mencionados, crianças até as pessoas da melhor idade através de comunicação alternativa através da música e alfabetização em Braille.

O lugar possui 400 pessoas cadastradas com algum tipo de deficiência. Pensei neste local como fonte de pesquisa por possuir um número considerável de deficientes que com certeza se locomovem nas ruas da cidade, então foi esse o motivo da pesquisa ser realizada no Instituto dos Cegos da Paraíba e não no Parque Sólon de Lucena e Terminal de Integração, afim de detectar a visão deles sobre estes lugares.

A pesquisa foi realizada em uma das salas de aula do Instituto, na disciplina de inglês, com 10 alunos matriculados, sendo 6 presentes e disponíveis para serem entrevistados. A pesquisa procurou informações de como os deficientes viam os espaços públicos, as dificuldades nos espaços públicos, nos transportes públicos, o meio de locomoção comum e opiniões de melhorias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

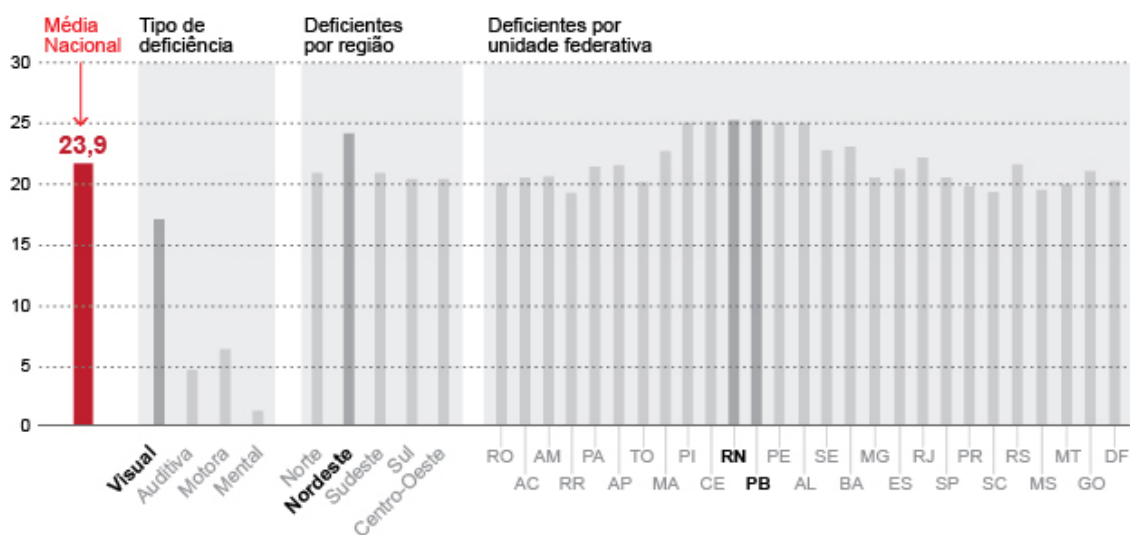
4.1. Dados da Deficiência Visual no Brasil

Segundo os dados do IBGE 2010 em pesquisa sobre a deficiência no Brasil foi analisado que mais de 45,6 milhões de brasileiros possui algum tipo de deficiência, em porcentagem isto significa 23,9% da população em todo o País. Dentre estas deficiências, a deficiência visual foi a mais citada pelos entrevistados, o equivalente a 35,7 milhões de pessoas e de acordo com a pesquisa 18,8% possuem dificuldades em enxergar, a pesquisa se baseou de acordo com a gravidade das deficiências, ou seja, se possuíam grande dificuldade ou se não conseguiam de modo algum.

Sendo assim, as que não conseguiam de modo algum declarando deficiência visual total, foram 6,5 milhões de pessoas e 6 milhões declararam grande dificuldade em enxergar, A região Nordeste

Como podemos observar no Gráfico 1, foi a que teve maior índice de todas as deficiências pesquisadas e a deficiência visual também obteve maior percentual de 21,2 % entre as demais deficiências da população nordestina. Entre os estados da região nordeste destaca-se os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba.

Gráfico1. População com deficiência no Brasil

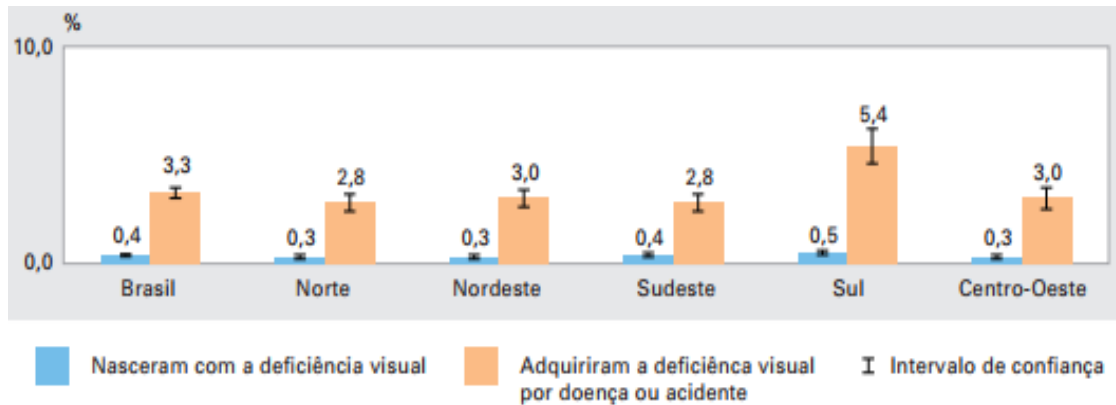


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE e G1 Brasil

Foi pesquisado em nível nacional e por regiões a proporção de pessoas que nasceram com deficiência visual e as que adquiriram por acidente ou doença. Em nível nacional foi verificado que 0,4% nasceram com a deficiência visual e 3,3% adquiriram a deficiência visual por doença ou acidente. As regiões Norte, Nordeste, sudeste e Centro-Oeste se comparam aos níveis nacionais sem disparidades. Porém a região Sul se destaca com a diferença de um

ponto percentual, ou seja, 0,5% para pessoas que nasceram com deficiência visual e 5,4% para pessoas que adquiriram por acidente ou doença uma diferença alarmante em relação à média nacional e demais regiões do Brasil. Como podemos observar no gráfico 2.

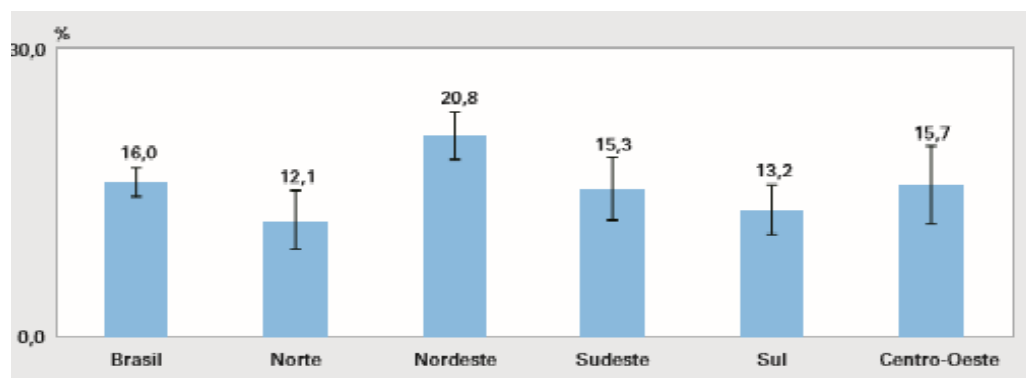
Gráfico2. Proporção de pessoas que possuem deficiência visual de nascença e proporção de pessoas que adquiriram a deficiência visual por acidente ou doença



Fonte: IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde

De acordo com os dados do Plano Nacional de saúde-PNS-2013 verificamos que 16% da população deficiente visual, alega possuir muita dificuldade ou um grau intenso de limitação para exercer suas atividades habituais. Porém em menor grau, com relação as demais deficiências que possuem ainda mais dificuldades. A região Nordeste supera a média nacional com 20,8% de deficientes que alegam dificuldades. A disparidade é evidente, enquanto em outras regiões, os deficientes visuais também sentem dificuldades, porém abaixo da média nacional.

Gráfico3. Proporção de pessoas com deficiência visual com um grau muito intenso ou grande dificuldades

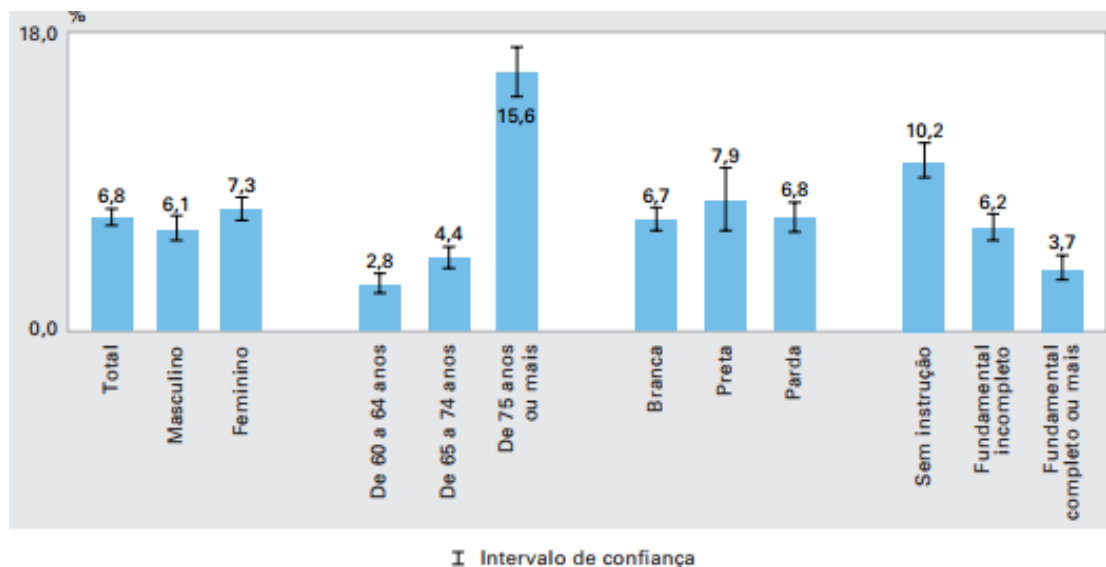


Fonte: IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde

4.2 Aspectos Socioeconômicos no Brasil

Ainda segundo a PNS (2013) foi analisado que os deficientes que possuem dificuldades para realização das atividades visuais.

Gráfico 4. Proporção da limitação funcional dos deficientes visuais para realização das atividades da vida diária, pessoas com mais de 60 anos, segundo sexo, cor ou raça e instrução social



Fonte: IBGE e Pesquisa Nacional de Saúde

Tabela1. Grau de Cegueira

Grau de Cegueira		
Baixa visão	2	33%
Cegueira Total	4	67%
Total	6	100%

Segundo as entrevistas realizadas no Instituto dos Cegos da Paraíba com 6 alunos entrevistados de uma sala composta por 10 alunos chegou-se a conclusão dos dados acima como é perceptível na tabela 1. Onde verifica-se que 67% se declararam perda da visão por completo. Dentre estes, destacam-se os que tiveram as doenças tais como: Diabetes e deslocamento de retina e os de baixa visão foram 33% de descontos estes são os que informaram a doença do tipo Retinose Pigmentar

4.3 Condições de Acessibilidade-

De acordo com as entrevistas realizadas no Instituto dos Cegos foram detectados alguns problemas diários na vida do deficiente e revelaram que não é fácil para os deficientes visuais se locomoverem na cidade de João Pessoa-PB. Este resultado Tratou-se de uma questão aberta onde eles foram opinando sobre os obstáculos que enfrentam no dia-a-dia. Verifica-se então alguns exemplos ao longo do texto.

Sabe-se que o desafio é diário e essas pessoas com deficiência visual precisam conviver com carros nas calçadas, mesmo quando o estacionamento neste local é proibido como vemos na figura 1. O carro não está respeitando nem a legislação de trânsito e muito menos as leis de acessibilidade. Isto já é perigoso para os que possui o sentido da visão, pois pode ocasionar acidentes ao tentar passar no meio da rua, já que a calçada está obstruída pelo carro em questão. Imagine então, quem não enxerga, além de esbarrar no veículo, ficará desorientado sem saber que caminho seguir, quando obtiver uma direção irá se arriscar no meio da rua para chegar ao seu destino correndo sérios riscos de atropelamento.

Figura 1. Carros nas Calçadas



Fonte: Espaço PB

Os deficientes também informaram outro problema nas calçadas trata-se de calçadas esburacadas. Como observamos a figura 2 abaixo. Esta, porém foi revitalizada como vemos na figura 3. Porém ainda há ruas que precisam de manutenção como é o exemplo da Rua santo Elias que será mostrado no trabalho

Figura 2. Calçadas esburacadas



Fonte: Espaço PB

Figura 3. Revitalização da calçada esburacada



Fonte: Registro fotográfico. Patrício, Juliane

Porém, ainda há espalhadas pelo Parque Sólon de Lucena ruas esburacadas. Outro problema é que há obstáculos na área da calçada ou do passeio livre. Segundo a ABNT NBR 16537:2016 3.12 afirma que a faixa livre deve ser de uso exclusivo dos pedestres desobstruída de mobiliário urbano e de qualquer tipo de interferência. Observamos na figura 4. Que esta norma está sendo desrespeitada. Além de carros nas calçadas os deficientes, orelhões mal

colocados, tem que transitar competindo com comerciários. Na figura 3 dá para observar e também na figura 4.

Figura 4. Calçadas com obstáculos



Fonte: Espaço PB

Observa-se na figura 5, um problema do Terminal de integração de João Pessoa. Pois, não possui placas com informações em Braille para os deficientes visuais localizarem os pontos de parada para seu destino, muitos reclamam também da falta de um aplicativo que alertem a numeração dos ônibus ou mesmo um aviso sonoro para localização da linha de ônibus que deseja utilizar. Nos horários de pique os ônibus ficam amontoados dificultando ainda mais. Relataram que é necessário auxílio de pessoas que enxergam para vencer este desafio que é utilizar o transporte público. Desrespeitando a norma ABNT/2015 que é necessário a sinalização tátil em Braille e segundo a norma NBR 14022/2011 no tópico 3.6 que tem por título dispositivos de sinalização e comunicação que orienta que exista equipamentos ou tecnologias que transmitam informações aos usuários dos transportes públicos, no tópico 7.3.4 nos fala sobre a informação audiovisual onde orienta o veículo ser projetado para receber dispositivos para transmissão audiovisual para deficientes visuais, além de analfabetos, idosos e et. No ponto de parada segundo a NBR 14022/2011 é necessária uma faixa livre mínima de 1200 mm para garantir a livre circulação de pedestres. Porém o acesso fica complicado nos horários com fluxo enorme de pessoas.

Figura 5. Placas sem o Braille



Fonte: André Resende

Muitos deficientes não são familiarizados com o piso tátil e muitos não utilizam por falta de conhecimento. Porém na Rua Santo Elias é impossível guiar-se neste piso tátil da figura 6. Quem possui o conhecimento além de se confundir com o formato das calçadas, ainda tem esta falha que impossibilita continuar o trajeto. Os deficientes reclamam da falta de manutenção das calçadas e isto é um exemplo de inacessibilidade. Pois de acordo com a norma da ABNT 9054/2004 o piso tátil tem que se diferenciar do restante do piso e precisa ser posto na forma horizontal no sentido do deslocamento.

Figuras 6. Pisos táteis falhos



Fonte: PB agora

Quando perguntado se possuíam autonomia para acesso aos bancos, que são os prédios públicos um entrevistado afirmou que utiliza com autonomia através dos caixas eletrônicos

adaptado, basta colocar um fone de ouvido que será feita a leitura da tela possibilitando o acesso destes deficientes. Ou seja, na visão dele os bancos são acessíveis.

Figura 7. Caixa eletrônico com fones de ouvido



Fonte: Acessibilidade em Prática <http://www.acessibilidadenapratica.com.br/avaliacoes-e-visitas/acessibilidade-do-auto-atendimento-da-caixa-economica-federal>

Em 2016 esta calçada estava sem piso tátil, direcional e toda esburacada. Mas podemos observar que está revitalizada além de: correto o posicionamento dos mobiliários, possui o piso direcional de bolinhas indicando perigo ao redor dos obstáculos tais como: a lixeira e o poste. Somente é necessária a informação de como utilizar este piso tátil de utilidade para deficientes visuais

Figura 9. Piso tátil e direcional



Registro fotográfico pessoal.

Dos 83% dos entrevistados informaram que utilizam transporte público contando com ajuda de terceiros e boa vontade do motorista e apenas 17% transporte particular.

Meio de Transporte para o Centro		
Transporte Público	5	83%
Transporte Próprio	1	17%
Total	6	100%

Dificuldades no acesso a ônibus		
Ajuda de Terceiros	3	50%
Falta de aplicativo de Alerta de chegada do ônibus	1	16%
Dificuldades de identificação	1	17%
Ajuda de familiares	1	17%
Total	6	100%

Na maioria das vezes os deficientes dependem da boa vontade de terceiros de acordo com 50% dos entrevistados não possuindo nenhuma autonomia, também a falta de aplicativo de alerta de chegada do ônibus que precisa embarcar, gerando dificuldades na identificação do seu transporte e criando dependência seja de familiares, seja de terceiros.

Dificuldade na Travessia		
Ausência de Semáforos sonoros	4	67%
Pessoas disponíveis	2	33%
Total	6	100%

Observa-se que 67% dos deficientes alegaram como maior dificuldade na Travessia a ausência de semáforos sonoros. Semáforos estes, que proporcionariam uma independência na travessia. Em segundo lugar, a dificuldade está em encontrar pessoas disponíveis. Porém, este último mesmo se fosse fácil encontrar pessoas disponíveis, seria algo que causaria

dependência e para uma cidade acessível é necessário que todos acessem as cidades com segurança e autonomia.

Serviço, aplicativo ou Política Pública para Locomoção		
Sim	2	33%
Não	4	67%
Total	6	100%

Observa-se que 67% dos entrevistados não possuem conhecimento sobre aplicativo de alerta para utilização de transporte público e nenhum serviço de auxílio para locomoção na Cidade de João Pessoa, 33%, porém informaram sobre o Jampa Bus um aplicativo para utilização do ônibus. Porém não é acessível para deficientes visuais, pois não há qualquer tipo de áudio ou alerta e ainda possui muitas falhas de execução.

,

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com o despertar da sociedade e dos órgãos públicos para a questão da acessibilidade e também para a inclusão do deficiente em geral. O desafio nos espaços públicos ainda é notável e o objetivo desse trabalho foi elaborar um estudo preliminar na visão dos deficientes visuais na cidade de João Pessoa nos locais de intenso fluxo de pessoas que são: o Parque Sólon de Lucena- Lagoa no centro e Terminal de Integração, no bairro do Varadouro. Diante de informações do Censo do IBGE 2010 em que foi detectado que a região nordeste, mais específico a Paraíba possui uma grande quantidade de pessoas com deficiência visual, é importante então atender esta população com políticas públicas que facilitem o acesso e contribuam para a inclusão dessas pessoas na sociedade. Em entrevistas foi apresentado tais resultados: ruas esburacadas, espaço pequeno das calçadas que dificulta ainda mais com barracas do comércio local, carros nas calçadas, transporte público inacessível, sem possuir ônibus adaptados para receber dispositivos/aplicativos para transmissão de informações audiovisuais para os deficientes entre outros. Nesse estudo também foi analisado que algumas calçadas foram revitalizadas. Porém levaram algum tempo para ser feito, em alguns lugares foram colocados o piso tátil. Porém não foram aplicados de forma correta fazendo confusão com o restante do piso e sem a devida manutenção. Como principais soluções para a inacessibilidade através das barreiras acima informadas deveria ser aplicado multas de cunho moral para se evitar estes tipos de transtornos. Conclui-se com todos estes problemas que ainda falta muito para a cidade de João pessoa estar em completa harmonia com as leis da acessibilidade e a inclusão tão almejada pelos deficientes visuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Leonardo. **Acessibilidade e Inclusão social: Atuação e Prática do profissional bibliotecário.** Aracaju / Bahia, 2017. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/04/Acessibilidade-e-Inclus%C3%A3o-Social.pdf> Acesso em: 14 nov. 2017.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/784b/a1db0947532e305a37d04866d0e0c65149a1.pdf> Acesso em: 14 de nov. 2017

DINIZ, Debora. **Deficiência, direitos humanos e justiça.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200004 Acesso em: 01 de dez. 2017

ESCATAMBULO, Almir. **Pessoas com deficiência visual e o transporte coletivo: Um desafio.** Blog O Diário, 2012. Disponível em: <http://blogs.odiario.com/acesibilidade/2012/12/19/pessoas-com-deficiencia-visual-e-o-transporte-coletivo-um-desafio/>. Acesso em 20 out. 2017.

FREIRE, Sofia. **Um Olhar sobre Inclusão. Revista da Educação,** Vol. XVI, nº 1, 2008, pags. 5 – 20. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf> Acesso em 13 out. 2017.

FILHO, Cardoso. **Governador Inaugura Sala de Imprensa Braille em à União.** *A União*, 2017. Disponível em: http://auniaio.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/governador-inaugura-sala-de-imprensa-braille-em-a-uniao Acesso em 13 nov. 2017.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. **Transporte urbano e inclusão social: Elementos para políticas públicas.** Brasília, 2003. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2893/1/TD_960.pdf Acesso em 13 out. 2017.

GARCIA, Vinicius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do mundo.** Bengala Legal, 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>. Acesso em 27 out. 2017.

GUEDES, Denyse Moreira; GIRÃO, Mardônio da Silva. **Meio Ambiente e inclusão social: Acessibilidade para os deficientes visuais.** Disponível em: <http://www.u>

naerp.br/documentos/2174-meio-ambiente-e-inclusao-social-acessibilidade-para-os-deficientes-visuais/file>. Acesso em 13 nov. 2017.

GOMES, Evanice. **Procon-JP participa do lançamento em método Braille da conta de energia**. Procon - JP, 2017. Disponível em: <<http://proconjp.pb.gov.br/?p=9360>> Acesso em 14 nov. 2017.

GIL, Robledo Lima. **Tipos de Pesquisa** Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>> Acesso em:

ICPAC- (2017) **Conheça**. Disponível em: <<http://icpac.com.br/conheca>> Acesso em: 25 de nov.2017

IBGE; **23,9% dos brasileiros declaram ter alguma deficiência, diz IBGE**. *G1Brasil*, 27 Abr 2012

KELLY, **Acessibilidade ainda é problema em João Pessoa**, *Jornal da Paraíba*, João Pessoa, 27 nov. 2017

LEONART, Ana Paula de Sousa (2007). Disponível em: <<http://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/187/179>> Acesso em 06 de out. de 2017

MACIEL, MARIA REGINA CAZZANIGA. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo Perspec. [online]. 2000, vol.14, n.2, pp.51-56. ISSN 0102-8839. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf>>. Acesso em 06 de out. de 2017

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer**. Saude soc. [online]. 2011, vol.20, n.2, pp.377-389. ISSN 0104-1290. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000200010>>. Acesso em 06 out. 2017.

MELO, Getúlio Costa. **Evolução histórica do conceito de cidadania e a declaração universal dos Direitos do Homem** Disponível em:<<https://getulio.jusbrasil.com.br/artigos/112810657/evolucao-historica-do-conceito-de>

cidadania-e-a-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem#comments> Acesso em: 01 de dez. 2017

MORAES, Thiago. **Fluxo de processo vai garantir o cumprimento da Lei de Acessibilidade**. Paraíba Rádio Blog, 2017. Disponível em: <<http://www.paraibaradio.com/2017/09/27/fluxo-de-processos-vai-garantir-o-cumprimento-da-lei-de-acessibilidade/>>. Acesso em 13 nov. 2017

PACHECO, Katia Monteiro de Benedetto. **A história da deficiência da marginalização à inclusão social**. ACTA FISIATR 2007; 14(4): 242 – 248. Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/actafisiatr/article/view/102875/101168>> Acesso em 27 out. 2017.

PREREIRA, Ray. **Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão**. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2009, vol.16, n.3, pp.715-728. ISSN 0104-5970. PEREIRA, Ray (2009). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n3/09.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

RESENDE, André. **Terminal rodoviário de João Pessoa não tem placas em Braille**. G1 PB – 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/11/terminais-rodoviaros-de-joao-pessoa-nao-tem-placas-em-braille.html> Acesso em 15 nov. 2017.

SAMPAIO, Laura Firmino. **Sala de recursos para deficientes visuais: um estudo de caso**. Planaltina, 2013. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/5907/1/2013_LauraFirminioSampaio.pdf> Acesso em 13 out. 2017.

SAMPAIO, CT.; SAMPAIO, SMR. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0627-7. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/3hs/pdf/sampaio-9788523209155.pdf>> Acesso em 14 nov. 2017.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias [online]. 2006, n.16, pp.20-45. ISSN 1517-4522. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 13 nov. 2017

Silva (2012) **Políticas públicas para inclusão social na deficiência – Revisão sistemática** Disponível: < <http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v30n2/v30n2a01.pdf>> Acesso em: 25 nov. 2017

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia De Estudo e De Pesquisa Em Administração**
Disponível em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/mansano/downloads-para-disciplina-de-metodologia-da-pesquisa-uab/downloads/UAB_Metod_Livro_Base.pdf> Acesso em: 20 nov. 2017